

Educação à distância no Ensino Superior: estudos de casos da prática docente

Ana Carolina Rodrigues

Thais Gonçalves Martins

Resumo

O avanço da modalidade de ensino à distância no Brasil tem influenciado o currículo, as práticas pedagógicas e as metodologias de ensino desenvolvidas pelos docentes no Ensino Superior. O que se pretende discutir nesse artigo é o contexto social e educacional em que esta modalidade está inserida e as condições reais de implementação. Esse estudo será baseado em dados de pesquisas realizadas no Brasil recentemente, publicadas em periódicos indexados, analisando os aspectos teóricos e práticos da ação docente na educação à distância.

Palavras chave: Educação à distância; Ensino superior; Docência;

Introdução

A educação a distância surgiu primeiramente com a premissa de permitir que os alunos das mais distantes localidades tivessem acesso à educação, seguindo a proposta de universalização do acesso à educação. No âmbito legal foi proposta segundo a Lei nº9.394/96 como modalidade de ensino, mas já se encontrava presente na discussão para elaboração do Plano Decenal de da Educação para Todos (1993-2003). A Declaração Mundial de Educação para Todos planejou atividades que atendessem à uma regionalização da educação básica que contemplasse uma larga escala.

O Plano Decenal ainda propôs a criação de um Sistema Nacional de Educação à Distância, esse Sistema estava sendo planejado MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Além de manter um consórcio de universidades em articulação com o CRUB, com o objetivo de desenvolver projetos e programas de formação continuada para docentes em todos os níveis de ensino, além de auxiliar em projetos de pesquisa que enfatizem o desenvolvimento de novas tecnologias para a educação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (9.394 de 20 de Dezembro de 1996) constituiu as diretrizes para a Educação a Distância. Segundo (Giolo, 2008) seriam regulamentadas pelos respectivos sistemas de ensino. A nova modalidade foi regulada pelo artigo 80:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Em relação à Educação à Distância no ensino superior em 2005, o decreto nº 5.622 foi regulamentado que as instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência, poderão ser credenciadas para oferecerem cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu) e de tecnologia. O sistema federal poderá credenciar instituições dos outros sistemas que desejarem ofertar cursos de educação à distância em nível superior, quando sua abrangência ultrapassar o âmbito geográfico do sistema. As prerrogativas da autonomia das universidades e centros universitários são asseguradas também quanto se trata de EAD. Essas ações denotam a tentativa de regularização, autorização e reconhecimento das instituições e polos de ensino que oferecem EAD, além de exercer um maior controle da qualidade e as possíveis deficiências dos cursos oferecidos.

O Decreto n. 4.494/1998 abriu explicitamente o campo da EAD para iniciativa privada, pois a LDB não criou uma direção precisa para a formulação de cursos à distância. Desse modo a expansão ocorreu principalmente na educação superior, com o foco principalmente na capacitação e formação docente, contribuindo para o cumprimento do artigo 87 da LDB, que determina que somente sejam admitidos professores com formação em nível superior.

O Estado tenta criar novos mecanismos para o credenciamento e organização de IES e polos através das portarias 1.047, 1.050, e 1.051 de 8 de novembro de 2007 e o último decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007. Apesar de todas as iniciativas segundo (Giolo, 2008) o poder público ainda não conseguiu produzir uma discussão sobre as consequências do processo de expansão da educação à distância e seu impacto na formação docente.

Formação docente e educação à distância

Quando se trata de formação de professores à distância o que está em discussão e a atuação docente na educação presencial. Como a maioria dos cursos à distância fornecem uma carga horária de sua grade curricular para encontros presenciais questiona-se se o estudante que atuará na área da educação estará preparado para a pluralidade de situações, alunos e conhecimentos que irá encontrar durante sua prática pedagógica.

Durante o curso presencial o aluno participa de seminários, palestras, debates temáticos, apresentações culturais, estágios obrigatórios supervisionados. Além da troca de informações, questionamentos, e conhecimentos entre professores e alunos. A tendência que se mostra evidente a cada dia é de que nos cursos de ensino superior na área da licenciatura, o número de cursos à distância sofra uma grande expansão.

Segundo (Zuin, 2006) existem pesquisas que alertam a predominância da aprendizagem passiva entre os alunos de modalidade à distância, que somente absorvem os conteúdos ao invés de os contextualizar e problematizar.

Essa questão nos remete á análise do papel dos tutores presenciais, os quais mediam a ação pedagógica entre os professores virtuais e seus alunos. Um dos desafios em relação ao ensino á distancia é o de fornecer condições para que os docentes ausentes se tornem presentes durante o ensino.

Educação á distância na prática: análise dos estudos de caso sobre a prática docente

De acordo com estudos realizados por (Filgueiras, 2007) na Universidade de Uberaba, que foi realizado, tomando-se por base a experiência da formação de preceptores para atuarem nos cursos de graduação a distância da Universidade de Uberaba. A pesquisa foi realizada com 20 pessoas que participaram do processo de formação. Segundo relatado pela autora houve um processo de seleção de preceptores da Uniube que previa em 2007, cinco etapas para seleção de tutores, as etapas consistiam em recrutamento e seleção de currículos, conforme perfil que as equipes gestoras dos cursos de graduação desejavam, formação inicial e virtual com duração de 3 a 4 semanas, um encontro presencial com duração de 1 dia, uma entrevista final, realizada com os candidatos em sessões de 30 minutos, e a iniciação da formação continuada presencial e virtual, em Rede, após ser contratado.

Nessa pesquisa foram aplicados questionários, onde foi possível se verificar a formação dos educadores, em sua maioria mulheres, com faixa etária de 25 e 55 anos, todos obtinham curso superior e moravam em 5 estados diferentes. A proposta de formação de educadores da Uniube, para atuar como tutores de seus cursos a distância, se baseavam com aspectos que tinham ligação com a técnica, conhecendo suas atribuições do cargo e como deveria interagir e atuar no processo educativo, abrindo espaço para análise das praticas docentes a distancia, contruindo uma consciência pedagógica que estimula os docentes a se posicionarem de forma coletiva e individual no que se refere a organização do currículo, propostas pedagógicas entre outros aspectos. O que se pode analisar da prática docente no caso da Uniube é que foi importante identificar a importância do coletivo é nesse processo. Pois o docente sozinho ou exercendo uma postura individualista não tem condições pedagógicas de realizar parte de um processo em Rede, nem como auxiliar em seu desenvolvimento. Em Rede os tutores não exercem papéis autoritários, não utilizam de poder para conseguir resultados. Em Rede, os tutores colaboram para que o processo se consolide e se estabeleça continuamente.

No artigo de (Wagner, et al, 2002) apresenta a proposta de modelagem de ambiente de aprendizagem desenvolvida pela equipe do Projeto PUCRS Virtual. No decorrer do artigo são descritas as principais fases envolvidas na construção e na condução de um ambiente de aprendizagem à distância.

A definição descrita nesse artigo dos papéis desenvolvidos pelos tutores e monitores é bem clara, segundo os autores o monitor tem a função de suporte e instrumentalização no uso dos recursos e ferramentas, auxiliando tanto ao professor na preparação prévia do curso, quanto ao aluno durante a realização do curso. Uma de suas funções é a de atender às solicitações e dúvidas dos alunos durante a realização das atividades. Já o tutor é responsável pela validação de todo o conteúdo que é exposto nas páginas Web, ele pode fornecer apoio ao aluno na realização das atividades a nível de conteúdo e das atividades solicitadas pelo professor.

Dessa forma são apresentadas as definições das estratégias pedagógicas utilizadas pelo curso que seria oferecido para a Engenharia Química. A etapa de definição das estratégias pedagógicas consiste na forma de conduzir as aulas; isto é, como será a intervenção pedagógica do professor dentro do curso. Essa intervenção foi baseada na apresentação de textos (notas de aula), aplicação de exercícios a partir dos textos, emissão de respostas comentadas dos exercícios, proposição de experiências práticas em laboratório, envio de material suplementar ao curso e uso de ferramentas matemáticas.

Conclusão

A educação à distância insere o aluno de forma a proporcionar a ele uma educação e uma prática que o habilite para a conduta eticamente correta, para alcançar com desenvoltura no uso de instrumentos tecnológicos disponíveis independente de ele estar no âmbito escolar ou não. Segundo Paulo Freire: *“O ser humano e sua história estão inacabados, inconclusos e devem perseguir uma permanente e contínua modificação de suas realidades através da educação”*. (Paulo Freire). Tais modificações propiciam ao aluno o aprendizado de excelência independente dele estar na escola ou não.

Referencia bibliográfica

- Almeida, Maria Elisabeth Bianconcini. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA INTERNET: ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES DOS AMBIENTES DIGITAIS DE APRENDIZAGEM. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- Filgueiras, Elisa Macas Fernandes de Castro. A FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM REDE: uma proposta aplicada ao contexto da EAD – o caso da UNIUBE, 2007. Disponível em <www.revistajuridica.uniube.br>
- Giolo, Jaime. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- Zuin, Antônio. A.S. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OU EDUCAÇÃO DISTANTE? O PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, O TUTOR E O PROFESSOR VIRTUAL. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 935-954, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>>